

Arquétipos religiosos e a gestão da angústia no contexto mariano

Ronald Lopes*

Jairo Carioca de Oliveira**

Resumo

O texto explora como o patriarcado, solidificado pela cultura judaico-cristã, subjugou o feminino, marginalizando as mulheres, especialmente no contexto latino-americano. Utilizando o arquétipo de Maria, o estudo revelou como a imagem mariana atuou como um dispositivo de poder para gerir as angústias provocadas pelo colonialismo e pela violência de gênero. A pesquisa se debruçou sobre a violência contra as mulheres negras e suas diversidades, evidenciando que elas enfrentam um risco maior de violência e discriminação. A metodologia se baseou em uma análise psicanalítica e histórica, contextualizando a construção dos arquétipos femininos dentro das estruturas religiosas e sociais. Para isso, foram utilizadas fontes como o Atlas da Violência e estudos sobre a psique humana para entender a como a opressão patriarcal funciona nas estruturas culturais. A análise dos dados nos permitiu refletir sobre as mudanças sociais e o impacto da representação religiosa no enfrentamento das angústias, buscando soluções psíquicas e coletivas que desafiem e escapem ao patriarcado.

Palavras-chave: mulher; negra; feminino; arquétipo; gestão.

* Doutorando em História (UERJ). Doutorando em Estudos Clássicos (UC-Portugal). Mestre e Licenciado em História (UNIRIO). Psicanalista e Pesquisador no Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidades da UFRRJ, no Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR e no Grupo ÁFRICAS: Sociedade, Política e Cultura (UERJ-UFRJ). Coordenador do Coletivo de Pesquisa Ativista em Psicanálise, Educação e Cultura, Pós-graduado em Psicanálise e Saúde pelo (SEPAI-RJ). Pós-graduado em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar (UNINTER). Pós-graduado em Ciências da Religião (AVM/UCAM). Bacharel em Teologia (FACETEN). ronald.lopes80@gmail.com

** Doutorando e Mestre em Educação Contemporânea e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ). Psicanalista e Pesquisador no Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidades da UFRRJ e no Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde/UNIR. Coordenador do Coletivo de Pesquisa Ativista em Psicanálise, Educação e Cultura; Membro do Coletivo Psicanalistas Unidos pela Democracia – PUD e Membro da Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/Raça e Inclusão (CPID) da UFRRJ. Poeta e Bolsista CAPES. jairocarioca.jc@gmail.com

Religious archetypes and the management of anguish in the marian context

Abstract

The text explores how patriarchy, solidified by Judeo-Christian culture, subjugated the feminine, marginalizing women, especially in the Latin American context. Using the archetype of Mary, the study revealed how the Marian image acted as a power device to manage the anxieties caused by colonialism and gender-based violence. The research focused on violence against black women and their diversity, highlighting that they face a higher risk of violence and discrimination. The methodology was based on a psychoanalytic and historical analysis, contextualizing the construction of female archetypes within religious and social structures. For this, sources such as the Atlas of Violence and studies on the human psyche were used to understand how patriarchal oppression functions in cultural structures. The analysis of the data allowed us to reflect on social changes and the impact of religious representation in confronting anxieties, seeking psychic and collective solutions that challenge and escape from patriarchy.

Keywords: woman; black; feminine; archetype; management.

Arquetipos religiosos y el manejo de la angustia en el contexto mariano

Resumen

El texto explora cómo el patriarcado, solidificado por la cultura judeocristiana, subyugó lo femenino, marginando a las mujeres, especialmente en el contexto latinoamericano. Utilizando el arquetipo de María, el estudio reveló cómo la imagen mariana actuó como un dispositivo de poder para gestionar las angustias provocadas por el colonialismo y la violencia de género. La investigación se centró en la violencia contra las mujeres negras y sus diversidades, destacando que enfrentan un mayor riesgo de violencia y discriminación. La metodología se basó en un análisis psicoanalítico e histórico, contextualizando la construcción de los arquetipos femeninos dentro de las estructuras religiosas y sociales. Para ello, se utilizaron fuentes como el Atlas de la Violencia y estudios sobre la psique humana para entender cómo la opresión patriarcal funciona en las estructuras culturales. El análisis de los datos nos permitió reflexionar sobre los cambios sociales y el impacto de la representación religiosa en el enfrentamiento de las angustias, buscando soluciones psíquicas y colectivas que desafíen y escapen al patriarcado.

Palabras clave: mujer; negra; femenino; arquetipo; gestión.

Introdução

Imagine uma costa rochosa e áspera, onde as ondas bravias se movimentam ao sabor do vento. Ergue-se uma majestosa falésia. Imponente, suas paredes verticais desafiam o mar, resistindo às investidas teimosas e incessantes das águas. Por isso, assim como a falésia, o patriarcado se

ergue como uma estrutura sólida e aparentemente inabalável, moldada ao longo dos tempos.

No entanto, assim como as ondas que, paciente e persistentemente, esculpem os contornos da falésia, a resistência do patriarcado começa a encontrar fissuras. À medida que a sociedade evolui, as vozes outrora silenciadas se erguem como as marés revoltas, questionando as bases enraizadas do sistema patriarcal. É preciso escutar o marulho das ondas erodindo a costa rochosa.

Da mesma forma que a falésia não pode deter para sempre o avanço das marés, o patriarcado também não pode se sustentar indefinidamente contra a força da mudança. À medida que as vozes da igualdade e da justiça ganham força, as estruturas do patriarcado começam a ruir, cedendo lugar a uma nova paisagem social formado de equidade e o respeito. Nesse contexto, os papéis tradicionais de gênero na família judaica, onde a mãe desempenhava funções vitais, começam a ser reavaliados, abrindo espaço para uma reconfiguração das relações familiares e uma nova compreensão da identidade judaica.

Na Antiguidade, a estrutura da família na cultura judaica sempre foi centrada no patriarcado, onde todas as atenções e decisões importantes eram tomadas pelos homens. Naquela cultura, a circuncisão era um rito fundamental de passagem, sendo estritamente masculino. Dentro dessa religião, há princípios que buscavam manter a consistência da identidade judaica. Assim, ser judeu implicava em nascer de mãe judia, seguindo o que eles chamavam de “lei do ventre” e não havia outra possibilidade. Portanto, é somente a mãe que determinava a identidade judaica dos filhos. Ela também foi a principal responsável pela educação, pela preservação do espírito judaico, da cultura e das tradições familiares. No contexto da formação do lar judaico, a mãe desempenhava um papel fundamental.

As mulheres no mundo judaico, muitas vezes, foram relegadas a desempenhar papéis sociais determinados por outros e, portanto, relegada às margens simplesmente por serem mulheres, vivendo nas sombras da história, algumas vezes até sem ter seus nomes lembrados. No entanto, apesar de todas as limitações impostas a elas, essas mulheres conseguiram deixar sua marca no Povo do Livro, impactando seu tempo de maneira significativa. Elas sobreviveram onde a vida era mais vulnerável e ameaçada. A importância dessas mulheres se revelou em seus significados psicológicos, nas mudanças que promoveram ao não se calarem diante dos problemas, mas agindo e

deixando um legado na história da tradição de Israel. Em momentos de fragilidade do povo, surgiram mulheres fortes e determinadas, que alteraram o curso da história. É importante conhecer essas mulheres, entender o que elas têm a nos dizer e a nos ensinar, explorando suas representações arquetípicas e simbólicas, o que pode gerar identificações com o papel da mulher na sociedade contemporânea.

Neste texto vamos entender o patriarcado, como forma arraigada de organização social, que estabeleceu uma supremacia masculina sobre as mulheres, enraizando desigualdades e perpetuando um sistema de opressão. Com o respaldo do capitalismo e das culturas religiosas em especial judaico-cristãs, essa estrutura se solidificou, colocando o homem em posições de poder e relegando a mulher a uma posição hierarquicamente inferior. Embora antigamente o patriarcado fosse associado predominantemente à estrutura familiar, suas ramificações se estendem por toda a sociedade contemporânea. O fortalecimento do homem como símbolo fálico, conforme discutido por Ferraz (2008), tem perpetuado desigualdades e subjogado outras identidades não-fálicas.

Além disso, a interseção entre raça e gênero agravou ainda mais a situação, com mulheres negras enfrentando um risco muito maior de violência e homicídio. O Atlas da Violência (2021) revelou que, entre 2009 e 2019, o número de mulheres negras vítimas de feminicídio aumentou, enquanto o de mulheres não-negras diminuiu significativamente.

Mesmo no ambiente de trabalho, as mulheres não escapam da violência e da discriminação. A pesquisa da Agência Patrícia Galvão (2022) revelou que a maioria das mulheres já foi vítima de violência no trabalho, seja por meio de assédio verbal, discriminação salarial ou supervisão excessiva.

Diante desses números, surge a pergunta inevitável: os movimentos feministas fracassaram em sua luta por direitos e igualdade? Neste texto, buscamos explorar essa questão e lançar luz sobre os arquétipos na análise desses fenômenos, visando entender mais profundamente as raízes e as implicações da violência contra a mulher na sociedade contemporânea.

Maria – Arquétipo do feminino sagrado no olhar religioso

Na Grécia Antiga, as mulheres costumavam oferecer preces e oferendas às deusas em busca de proteção. Antes da ascensão do Patriarcado, havia um período matriarcal onde o arquétipo da “Grande Mãe” ocupava uma posição central. Vestígios desse arquétipo matriarcal primitivo ainda podem

ser encontrados na religião católica. Um exemplo disso é o movimento de renovação carismática, que, apesar de compartilhar muitas características com o pentecostalismo, também honra e invoca a figura da Virgem Maria (Diel, 2015).

Durante o período do cristianismo antigo, os cristãos gnósticos já concebiam uma trindade que incluía o Espírito Santo, identificado como “Sophia”, representando a sabedoria ativa e personificado como feminino. No entanto, após intensos debates nos primeiros concílios da Igreja, em Nicéia (325 d.C.) e Constantinopla (381 d.C.), decidiu-se substituir o princípio feminino da trindade pelo Espírito Santo (Gomes, 1997). Essa mudança foi uma estratégia da Igreja para neutralizar os teólogos gnósticos, que valorizavam o conhecimento e para estabelecer um controle centralizado dos cultos nos moldes imperiais. Assim, a religião cristã se tornaria **única ao não reconhecer um aspecto feminino ativo em sua** trindade.

Essa decisão causou sérios problemas internos na Igreja, levando muitos membros a retornarem aos cultos “pagãos” que veneravam divindades femininas como Ísis, Hathor, Athena, Deméter, Ceres, Afrodite, Saraswati, Parvati, entre outras. Na tentativa de recuperar o aspecto feminino da trindade, a Igreja introduziu o culto a Maria no início da Idade Média, porém isso também gerou confusão, pois adicionava um elemento extra à trindade (Martina, 1997).

As representações de Maria pelos pintores da antiguidade, assim como as imagens presentes nos templos católicos, retratam-na como uma mãe dócil e graciosa, segurando ternamente seu pequeno “menino-deus” nos braços. Essa imagem evoca um sentimento de conforto e segurança nos fiéis, que inconscientemente encontravam alívio para seu desamparo ao se identificarem com o bebê representado, relembrando a sensação de serem nutridos e protegidos pela figura materna, que lhes fornecia a essência da vida através do leite.

Alguns argumentaram que logo após a queda do Império Romano, a partir do século V a igreja primitiva helenizou a figura de Maria, mãe de Jesus, elevando-a ao pedestal que anteriormente era ocupado pela deusa Diana de Éfeso. A “cidade-templo” de Éfeso, na Ásia Menor, por volta de 430 d.C., teria ocorrido uma declaração de que a Virgem Maria era verdadeiramente o recipiente de Deus, a grande deusa e mãe de todas as coisas, sendo representada por Artemis (Diana) com seus inúmeros seios. De acordo com a

tradição grega, a Deusa teria proclamado: “Eu sou a mãe sem consorte, a Mãe Original; todos são meus filhos, por isso ninguém jamais ousou aproximar-se de mim” (Campbell, 1992).

Na pré-história, alguns historiadores sugerem que a humanidade passou por uma fase em que o feminino e o materno exerciam uma forte atração simbólica, sexual e materna. Segundo o antropólogo suíço Johann Jacob Bachofen (Bachofen apud Lerner, 2019, p. 69) a imagem de uma mãe benevolente e protetora, característica do Matriarcado, pode ter deixado uma marca no inconsciente do ser humano religioso. Essa influência do feminino pode ser observada na oração da “Ave Maria”, recitada solenemente em escolas, igrejas, festas religiosas e até mesmo em velórios (Lerner, 2019).

Goethe também se deixou envolver pela sublimidade desse arquétipo ao escrever o poema “O Eterno Feminino”, onde ele descreve o efêmero como uma mera aparência, enquanto o inacessível se torna um evento, e o indescritível se manifesta. Essa atração pelo “Eterno Feminino” representa o desejo humano em direção à transcendência, como descrito no segundo Fausto (Goethe, 2009).

Ao discutir o mito da Virgem Maria, destacamos a importância de sua virgindade como parte do simbolismo. Sugerimos uma conexão arquetípica entre a virgindade e a capacidade de lidar com o “Fogo Sagrado”, uma energia transpessoal. Essa associação remete às virgens vestais na Roma Antiga e às mulheres virgens entre os incas peruanos, que mantinham o fogo sagrado nos templos (Edinger, 1998).

Na cultura judaico-cristã, que constituíram o Ocidente, o lado feminino muitas vezes foi esquecido ou reprimido. O foco está mais no aspecto masculino, representado por Deus-Pai e Deus-Filho. Contudo, na vertente católica, surge a figura da “mulher santa”, talvez para equilibrar os arquétipos masculino e feminino no mundo interior psíquico.

No entanto, nos tempos da Reforma Protestante no século XVI, o culto e a devoção pessoal à Maria foram negados, especialmente pelos protestantes, que se baseavam em uma hermenêutica mais literal e legalista das Sagradas Escrituras. O protestantismo, em sua abordagem mais rígida e focada nas Escrituras, tendeu a descartar elementos simbólicos e alegóricos, concentrando-se apenas em interpretações literais das escrituras (*Sola Scriptura*) (Muraro, Boff, 2002).

O judaísmo tardio é produto da codificação dos levitas jeovitas. No judaísmo primitivo (hebreus), o Deus que imperava era El, esse tinha como

sua consorte (esposa), *Ashera*. No “*Sefer Yetzirah*” O Livro *Yetzirah* é um dos remanescentes dos livros secretos hebraicos, um dos mais antigos e está ligado a literatura dos santuários e da carruagem, é uma das colunas secretas sobre a qual se baseia a *kabbalah*. Também existem personificações femininas das *Sephirots* (emanações de *Ain Soph*), como exemplo, *Chockmah* (sabedoria), *Binah* (entendimento) e *Netzah* (vitória) (Muraro, Boff, 2002). Em Gênesis, no Pentateuco, encontramos uma frase metafórica rica em seu simbolismo: “No início, o espírito de *YHWH* pairava sobre a face das águas”. Jamais poderemos interpretar essa passagem de forma literal, senão, seria a imagem grosseira de um gigante sobre o oceano revolto. O que a metáfora dessa frase nos transmite na verdade, é que antes da manifestação se iniciar, havia dois princípios fundamentais, o primeiro era a Vida/Consciência (O Espírito de Deus) e o segundo, a matéria (as águas) que se encontrava em estado revolto como um grande mar de matéria primordial que estava sendo formado a partir do caos na aurora da manifestação. Logo, essas “águas primordiais”, onde o Espírito de Deus pairava, são a representação simbólica e arquetípica da “Virgem Maria”, que é exclusivamente capaz de gerar o universo como o filho de sua união com o sopro de *IHWH*, ou seja, interpretando de forma humana, somos gerados no ventre de nossa mãe, lá dentro é escuro (trevas) e estamos imersos em água. Numa ordem cósmica, Maria (Grande-Mãe) representa o grande mar, o útero cósmico, de onde provém o universo. O mais interessante é perceber que as palavras mar, Maria, *máter* e matéria têm a mesma raiz e origem (Muraro, Boff, 2002).

Maria – Arquétipo da psique humana

Na cultura oriental, em particular no Taoísmo, uma doutrina mística e filosófica que remonta ao século VI a.C., concebida por Lao Tse e posteriormente elaborada por diversos seguidores, destacou-se a ênfase na integração do ser humano com a realidade cósmica primordial, conhecida como Tao. Esta integração foi alcançada através de uma existência natural, espontânea e serena, fundamentada nos princípios primordiais do yin e yang, representados como entidades cósmicas impessoais, simbolizadas como polaridades opostas. Essa concepção, distante da mentalidade ocidental, reconheceu a dualidade como uma mera ilusão, enxergando yin e yang como aspectos complementares de uma mesma unidade cósmica (Muraro, Boff, 2002).

Os taoístas, ao explorarem a interação entre os princípios yang (masculino) e yin (feminino), compreendem que não há uma dicotomia entre

Pai e Mãe, como é frequentemente concebido no Ocidente. Para eles, ambas as polaridades são simplesmente manifestações distintas da mesma essência universal, o Tao. Uma passagem no Tao Te Ching exemplifica essa visão, onde um monge pergunta ao mestre sobre a natureza do Tao, e a resposta simplesmente é: “O Tao é”. Assim, a dualidade é transcender-se em uma unidade primordial, eliminando a necessidade de conceber deidades separadas (Muraro, Boff, 2002).

Comparando esses sistemas religiosos orientais, a psicologia de Carl Jung (1977) argumentou que a ausência do arquétipo feminino nas religiões ocidentais deixa a simbologia da psique humana incompleta, podendo resultar em prejuízos para a alma. Via nas sombras não apenas o mal, mas também a força e a substância, identificando nelas o princípio feminino, vital para a integridade psicológica. O arquétipo da mãe assume várias formas e está presente em diversas manifestações culturais desde os primórdios da humanidade, desempenhando um papel essencial na busca pelo equilíbrio interior (Mclean, 1992).

A figura da mãe transcende sua dimensão física, representando a primeira palavra ao acordarmos e muitas vezes a última ao nos despedirmos do mundo. O arquétipo da mãe é multifacetado, representado por figuras simbólicas como Maria, mãe de Deus, ou por histórias mitológicas como *Deméter* e *Kore*. Este arquétipo está intrinsecamente associado ao amor maternal, calor e proteção, mas pode também apresentar aspectos negativos, como a mãe terrível ou deusa do destino (Mclean, 1992).

O desequilíbrio do arquétipo materno pode levar ao surgimento dos “complexos Mãe”, que se manifestam de diferentes maneiras em homens e mulheres, podendo resultar em padrões comportamentais disfuncionais e dificuldades nos relacionamentos. Além disso, o arquétipo da primeira esposa é relevante, especialmente quando os homens têm dificuldade em romper com o passado e se adaptar a novas relações, podendo gerar conflitos e instabilidade emocional.

Portanto, a análise comparativa entre a filosofia taoísta e a psicologia de Emma Jung (1999) revelou a importância do equilíbrio dos princípios yin e yang, tanto no contexto cósmico quanto no psicológico. Enquanto o Taoísmo enfatizou a unidade primordial e a interdependência das polaridades, Emma (1999) destacou a necessidade de integração do arquétipo feminino para a plenitude da psique humana. A figura da mãe, representando amor, proteção e nutrição, transcende culturas e tempos,

desempenhando um papel essencial na busca pelo equilíbrio interior. No entanto, quando há um desequilíbrio nesse arquétipo, manifestam-se complexos maternos que podem resultar em padrões disfuncionais de comportamento e dificuldades nos relacionamentos.

Maria na América Latina

Na história da América Latina, é praticamente impossível mencioná-la sem fazer alusão à figura da Virgem Maria. Desde as aparições de Nossa Senhora de Guadalupe, passando pela devoção à Virgem do Cobre e seguindo por manifestações como Aparecida, *Luján* ou *Coromoto*, a devoção à Mãe de Jesus tem sido uma função que atravessa mais de cinco séculos.

Durante os séculos XV e XVI, o processo de colonização da América trouxe consigo, à força, a disseminação da religião católica entre os povos indígenas. Enquanto a imagem de Jesus permanecia, em sua maioria, semelhante àquela na Europa encontrada na Igreja São Tomé de Toledo na Espanha - representando um homem de pele clara e cabelos longos - a representação de Maria sofreu uma transformação. Na América Latina, a Virgem Maria adquiriu características locais e regionais com uma aparência mais próxima da realidade do povo, tornando-se uma figura integrante da vida cotidiana e simbolizando força, esperança e maternidade para os habitantes da região. É possível levantar a possibilidade que Maria é efetivamente entidade criada pelo próprio povo para suas identificações?

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, ocorreram eventos cruciais que marcaram a história de muitos povos ao redor do mundo. Foi um período de intensa interação entre os cinco continentes, algo sem precedentes até então. A Reforma Protestante, Expansão Comercial Europeia, a Conquista de Constantinopla, o Renascimento Europeu, a Reconquista Ibérica, a Conquista da América e o Escravidismo Moderno foram alguns dos principais acontecimentos que moldaram esse contexto. Esses eventos deram início a uma das maiores interconexões globais já vistas, com Ásia, Europa, África, América e Oceania se envolvendo em trocas comerciais, culturais e políticas significativas. A colonização das Américas, iniciada em 1492 com a famosa viagem de Cristóvão Colombo saindo de Granada na Espanha com as bênçãos e financiamento da rainha Isabel em nome dos reinos espanhóis de Castela e Aragão, teve um impacto profundo e duradouro na vida de milhões de pessoas em todo o mundo (Gruzinski, 2003).

Enquanto isso, naquele mesmo dia, para os taínos e aruaques, os povos que habitavam a ilha caribenha de *Abti* - hoje conhecida como Haiti e República Dominicana era só mais um dia corriqueiro. No entanto, no final do século XV, a chegada de alguns exploradores pelo mar mudaria drasticamente o curso daquelas gerações. Um aspecto marcante do processo de conquista e colonização das Américas, onde os europeus conceberam o Novo Mundo, foi a violência, que se manifestava de diversas maneiras no dia a dia. Entre elas, estava o genocídio direcionado às populações ameríndias que eram proprietárias das terras sendo conquistadas pelas monarquias europeias. Em um período de apenas um século, entre 1500 e 1600, cerca de 70 milhões dos 80 milhões de nativos que habitavam a América pré-colombiana foram exterminados, levando consigo duas mil línguas (Gruzinski, 2003).

Apesar da brutalidade, houve resistência. Uma história lendária entre os haitianos, especialmente entre as mulheres, é a trajetória da líder taína Anacaona. Conhecida como “Flor de Ouro” em sua língua original, ela liderou os resistentes no momento da chegada dos homens de Colombo. A socióloga Pâmela Marques (2017) compartilhou a narrativa transmitida de geração em geração através de relatos orais, destacando a liderança de Anacaona como um símbolo de poder, resistência e desobediência.

Nas palavras da escritora haitiana Edwidge Danticat, “nós somos filhas de Anacaona. Nós nos dobramos, mas não quebramos” (Danticat *apud* Boff, 2015, p. 33). Os relatos disponíveis indicam que Anacaona conseguiu manter sua liberdade e liderava uma resistência organizada e abrangente, juntamente com mais de oitenta líderes tribais. Infelizmente, um traidor revelou aos espanhóis o local da reunião, resultando na queima dos líderes e na captura de Anacaona. Ofereceram-lhe clemência em troca de se tornar concubina de um capitão espanhol. Recusando-se a isso, Anacaona, com apenas vinte e nove anos, foi executada por enforcamento em praça pública após sofrer sucessivos estupros.

Anacaona, conhecida como “a grande mãe sedutora”, rainha de Xaragua e esposa do cacique Caonabo evoca a imagem do feminino e levanta questões de gênero intrínsecas à história das Américas. Será que há identificações entre Anacaona e Maria, mãe de Deus? Ambas destacam o papel central desempenhado pelas mulheres nas sociedades coloniais e, posteriormente, nos Estados-nação independentes. A colonização europeia da modernidade foi predominantemente masculina, um aspecto frequentemente

negligenciado em muitos estudos que se concentram apenas nas motivações econômicas e políticas. A escritora e antropóloga chilena Sonia Montecino ressalta a conexão entre o papel das mulheres nas famílias americanas e o ideal de força, presença e maternidade pela via das devoções (Montecino, 1990; Dussel, 2017; Grosfoguel, 2016).

Montecino (1990) argumentou que essas características foram moldadas e atravessadas pelas relações violentas entre homens e mulheres durante a conquista e colonização. Além disso, ao longo do tempo, observa-se um processo crescente de racialização que organizou as hierarquias sociais nos séculos XVI e XVII, atingindo o auge no século XVIII. Essa análise busca se distanciar do olhar eurocêntrico, racista e masculino sobre o desenvolvimento da colonização.

Maria chegou às terras americanas a bordo das embarcações dos exploradores europeus. O culto a ela remonta aos primeiros séculos da devoção cristã, especialmente forte no Oriente. Os ocidentais formalizaram esse culto durante o Concílio de Éfeso em 431 d.C., uma cidade conhecida por sua devoção às deusas greco-romanas, como Diana e Ártemis.

O culto à “Mãe de Deus” foi materializado no templo de Santa Maria Maggiore, em Roma, no século V, construído sobre um local anteriormente dedicado a Minerva. Durante a Idade Média na Europa, os cultos marianos alcançaram grande relevância, acompanhando o crescimento da instituição eclesiástica. As quatro grandes festas marianas – Anunciação, Purificação, Assunção e Natividade de Maria – foram concebidas em Roma no final do século VII e se difundiram rapidamente durante o feudalismo.

Nesse período, as igrejas substituíram cada vez mais os títulos dos santos e de Jesus por títulos marianos. O culto a Maria passou a fazer parte da identidade local europeu, com suas representações variando de acordo com o lugar. Sua figura se tornou popular não apenas na fé individual e comunitária, mas também na iconografia disseminada em pinturas, estátuas, livros e portais de catedrais.

Durante o século XII, chegou-se até mesmo a afirmar que “Deus tinha mudado de sexo”, evidenciando a importância crescente da figura feminina na religião. Nos processos históricos que deram origem ao mundo moderno a partir do século XV, o culto a Maria de Nazaré ganhou proeminência global. No Novo Mundo, seus primeiros títulos estavam ligados às celebrações pela chegada em terra firme, às vitórias em guerras de conquista e à conversão dos nativos ao cristianismo.

Os conflitos por riquezas e territórios nesse contexto estavam estreitamente ligados à religião. Na luta contra os islâmicos na Península Ibérica, por exemplo, a coroa portuguesa atribuiu seus êxitos a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, enquanto os espanhóis veneraram Santiago Maior e Nossa Senhora do Pilar nas batalhas decisivas. Essa devoção se estendeu às guerras de conquista nas Américas, onde Santiago “Matamouros” se tornou “Mataíndios” em Cuzco e Tenochtitlán. Eis aí múltiplos rastros de que a figura de Maria serviu para capitanear as angústias sociais em tempos de conquistas e guerras. Isso se estendeu também as terras do Novo Mundo (Ramos, 1988; Chartier, 1988; Stolke, 2006).

Com o tempo, as narrativas e cultos marianos se expandiram para as Américas, onde Maria foi associada a eventos históricos importantes, como as guerras de independência e as conversões religiosas dos nativos ao cristianismo. Maria era vista como uma figura de força e proteção, tanto pelos conquistadores quanto pelos conquistados, embora com significados distintos. Os processos de mestiçagem e sincretismo religioso também contribuíram para enraizar o culto católico, incorporando elementos das crenças indígenas e africanas (Ramos, 1988; Chartier, 1988; Stolke, 2006).

Ao longo dos séculos, a devoção a Maria se intensificou, com peregrinações, milagres e aparições em diversos lugares do mundo. O Concílio Vaticano II e a exortação apostólica *Marialis Cultus* demonstram a importância institucional desse culto. Nas Américas, eventos históricos significativos, como revoluções e ditaduras, estiveram entrelaçados com a fé mariana. No Brasil, em particular, a devoção a Nossa Senhora tem uma importância especial, refletindo a tradição do marianismo ibérico e as influências das diversas culturas presentes no país. É possível levantar a hipótese de que quanto mais ditaduras e opressões maiores é a devoção e invenção específica local de um culto Mariano.

A devoção a Maria é um traço marcante da religiosidade do povo latino-americano e caribenho, atravessando gerações e permeando diversas esferas da vida social e cultural. A figura de Maria simboliza não apenas a religiosidade, mas também as confluências de culturas, experiências, memórias das populações dessas regiões e, principalmente, funções maternas em épocas de desamparo do Estado, seja Imperial ou Nacional.

Os cultos marianos no Brasil permeiam relações sociais de naturezas variadas como raça, classe, gênero, identidade, comunidade, nacionalidade. No maior país da América do Sul, Nossa Senhora é padroeira oficial de 19 dos 26 estados da federação, fora o Distrito Federal. O Santuário Nacional de Nossa

Senhora Aparecida, o maior templo mariano do mundo, recebe uma média de 12 milhões de fiéis por ano além de sediar a Academia Marial de Aparecida, importante centro de difusão da religiosidade e pesquisa mariana. A nação assentada em leituras e apropriações religiosas de troncos culturais de origem americanas, africanas e europeias vivencia a devoção através de santuários, espaços públicos, instituições, práticas comunitárias e individuais tatuadas pela diversidade que confluem na experiência dos cultos à Virgem Maria. Elas serão nossas guias nessa peregrinação pela geografia mariana brasileira e do continente (Williams, 1975; Rodney, 1975; Hall, 2003; Gruzinski, 2003).

Assim, a hipótese de que Maria tenha sido efetivamente canonizada pelo próprio povo não parece ser descabida, considerando a maneira como sua devoção foi moldada e adaptada às diversas realidades culturais e sociais da América Latina ao longo dos séculos. A resistência também desempenhou um papel crucial nesse contexto, como exemplificado pela liderança lendária de Anacaona entre os taínos e aruaques. Sua história ressoa como um símbolo de poder, resistência e aceitação do trágico, destacando o papel central das mulheres nas sociedades coloniais e pós-coloniais na sua função materna.

A devoção a Maria capitaneada pela Igreja não se restringiu apenas a questões religiosas, mas permeou também aspectos sociais, políticos e culturais da vida latino-americana. Suas representações se entrelaçaram com tradições locais, influenciando desde a identidade nacional até as dinâmicas das comunidades locais.

Um caso emblemático foi o projeto catequético da Igreja para os negros durante o período colonial, focando na devoção aos “Santos Pretos Carmelitas” Elesbão e Efigênia. A estruturação desse projeto catequético e a difusão do culto, destacou a mediação do clero e a apropriação pelos fiéis. Frei José Pereira de Santana testemunhou o processo colonial desse envolvimento quando os carmelitas chegaram à Colônia. Ele era filho de ourives e ouvidor do Santo Ofício. Ingressou na Ordem do Carmo ainda jovem, foi ordenado e doutorou-se em Coimbra. Sua ascensão social foi marcada pela obtenção do doutorado e por cargos de destaque na igreja e na sociedade colonial, como cronista perpétuo da Congregação e preceptor da Rainha D. Maria I. (Oliveira, 2008)

Como cronista, ele escreveu a “Crônica dos Carmelitas”, ilustrando sua visão de mundo e método de trabalho, que consistia em reconstruir a tradição e mitologia carmelita por meio de apropriações. Frei José também se envolveu com o projeto de catequese da Igreja, promovendo o culto aos

Santos Negros, especialmente Santo Elesbão e Santa Efigênia, através do livro “Os Dois Atlantes de Etiópia”. (Oliveira, 2008)

A narrativa hagiográfica de Frei José, carregada de sentido e intencionalidade, procurava estabelecer uma relação estreita entre o culto aos santos, os textos hagiográficos e a ação evangelizadora da Igreja. Ele apresentou Santo Elesbão e Santa Efigênia como modelos de virtude e protetores contra perigos específicos, como os perigos do mar e do fogo. Esses atributos e milagres dos santos negros contribuíam para a cristianização da comunidade africana (livres, libertos ou escravizados) e seus descendentes em Portugal e no Brasil colonial. (Oliveira, 2008)

O culto aos Santos Pretos, especialmente Santo Elesbão e Santa Efigênia, no contexto da sociedade colonial brasileira do século XVIII destacava que a cor preta não tinha conotação racial, mas sim indicava um lugar social, legitimando a escravidão. Os carmelitas, ao promoverem esse culto, buscavam projetar a Ordem diante da tarefa da Igreja de inserir os negros de forma subordinada no sistema de cristandade. A Ordem Carmelita teve um papel central na difusão do culto, especialmente através do contato próximo com a população negra nas atividades pastorais urbanas. A devoção a Santo Elesbão e Santa Efigênia também se consolidou nas irmandades, contribuindo para a construção de identidade coletiva e autonomia das comunidades negras na apropriação do Catolicismo. A disseminação do culto a Santo Elesbão e Santa Efigênia na Metrópole e na Colônia ocorreu graças à ação do clero e à escolha dos escravos. A análise iconográfica revela a importância das imagens na divulgação e consolidação da devoção, destacando atributos como a cor preta e o hábito carmelita. O culto aos Santos Pretos ressignificou-se ao longo do tempo, refletindo o simbolismo da mãe protetora e consoladora, além de recriar tradições africanas e católicas. (Oliveira, 2008)

Não é à toa que ainda no século XVIII, no Brasil Colonial, aconteceu uma experiência milagrosa. Três pastores Domingos Garcia, João Alves e Filipe Pedroso estavam pescando no Rio Paraíba, nas proximidades de Guaratinguetá, São Paulo. Após horas de pesca sem sucesso, lançaram suas redes novamente e, para surpresa deles, encontraram uma imagem de uma santa negra, Nossa Senhora Aparecida. Inicialmente, os pescadores retiraram do rio apenas a cabeça da imagem, mas ao lançarem novamente as redes, encontraram o corpo da santa. A partir desse momento, suas redes ficaram repletas de peixes. Interpretaram esse acontecimento como um

milagre, atribuindo à santa o poder de interceder por eles junto a Deus. Os pescadores levaram a imagem para casa de Filipe Pedroso, onde passaram a realizar orações em honra à santa. Com o tempo, a devoção à Nossa Senhora Aparecida cresceu entre os moradores da região, e muitos fiéis começaram a visitar o local para fazer suas preces e pedidos de graças. (Domezi, 2017)

O culto a Nossa Senhora Aparecida se espalhou rapidamente pelo Brasil, especialmente entre os mais humildes e oprimidos, incluindo os escravizados africanos. A santa preta tornou-se um símbolo de esperança e proteção para os menos favorecidos, que viam nela uma figura que entendia suas dores e angústias, isto é, era um dispositivo construído pelo povo e validado pela Igreja como projeto catequético de capitalização das angústias promovidas pelo sistema opressivo escravocrata Estado-Igreja. (Domezi, 2017)

Em 1745, foi construída a primeira capela dedicada à Nossa Senhora Aparecida, no Morro dos Coqueiros, em Aparecida do Norte, onde a imagem foi encontrada. Com o passar dos anos, essa pequena capela deu lugar a um santuário muito maior, conhecido como Basílica de Nossa Senhora Aparecida, que se tornou o maior centro de peregrinação católica do Brasil. A devoção a Nossa Senhora Aparecida continuou a crescer ao longo dos séculos, e a santa preta foi oficialmente proclamada como padroeira do Brasil em 1930, pelo Papa Pio XI. Sua festa é celebrada em 12 de outubro, e milhões de fiéis de todo o país e do mundo visitam o Santuário Nacional de Aparecida para prestar homenagens e agradecer por graças recebidas. Nossa Senhora Aparecida representa não apenas a fé dos brasileiros, mas também a luta pela justiça social e pela dignidade humana. (Domezi, 2017)

Portanto, ao analisar a história e a influência da devoção à Virgem Maria na América Latina, passando pelos santos pretos e as devoções de Maria Aparecida somos levados a reconhecer não apenas seu papel religioso, mas também sua importância como elemento cultural, social e político que moldou e continua a capitanear as angústias e identidades nas dinâmicas das sociedades latino-americanas até os dias de hoje. Esses processos são testemunhos da interseção entre a espiritualidade, a cultura e a identidade nacional, destacando a importância da fé na construção da história e da alma preta do Brasil.

Do Patriarcado à figura da mulher na cultura brasileira

O patriarcado é uma forma de organização social onde o homem possui supremacia em relação às mulheres. Com o apoio do capitalismo, a

prática do patriarcalismo insere o homem nos lugares mais importantes da sociedade, por consequência, a mulher assume uma posição hierarquicamente inferior. De acordo com Silva (1987, p. 873) “antigamente, o termo patriarcado era usado com referência ao tipo de família onde o pai ou um herdeiro masculino de sua escolha exercia o domínio da família”.

Com o avanço e as complexificações do Capital, a figura do homem continuou sendo a base e o alicerce de um sistema que se afirmou enquanto símbolo fálico, isto é, a ideia de afirmação ser capaz de superar as adversidades da vida. O fortalecimento do “eu” foi condição primordial para que esse símbolo fálico se consolidasse e subordinasse outras figuras não-fálicas (Ferraz, 2008). Ambos têm histórias diferentes, mas tecem relações desiguais nos últimos anos através da violência.

No 14°. Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2020 mostrou que 30 mulheres sofreram agressão física por hora; uma mulher foi estuprada a cada 10 minutos; três mulheres foram assassinadas por dia, uma travesti ou mulher trans foi assassinada no Brasil a cada dois dias. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, 2024). Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021), foram 60.460 estupros em 2020. Desses, 73,7% das vítimas eram vulneráveis, 60,6% tinham até 13 anos; 86,9% do sexo feminino; e, em 85,2% dos casos, o autor era conhecido da vítima. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, 2024).

O Relatório Global da Organização Mundial de Saúde (OMS), com base em dados de 2000 a 2018, indicou que uma em cada três mulheres em todo o mundo sofre violência física ou sexual, principalmente pelas relações íntimas. Uma em cada quatro mulheres entre 15 e 24 anos já estiveram num relacionamento violento (ONU Mulheres, 2020). As estatísticas sobre a violência contra mulher aumentam quando se trata de negras no Brasil. De acordo com o Atlas da Violência publicado em 2021, 66% delas eram negras, ou seja, a cada dez mulheres mortas, seis eram negras (Berro, Gonçalves, Nicodemos, 2022).

Se compararmos a taxa de assassinatos na intersecção de cor, isto é, comparando mulheres não-negras com mulheres negras a taxa sobe de 2,5 para 4,1. Isso quer dizer que o “risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras” (Atlas da Violência 2021, p. 38). Os dados apresentados pelo Atlas de 2021 revelam ainda maior desigualdade na intersecção entre raça e sexo na

mortalidade feminina. Entre 2009 e 2019, o total de mulheres negras vítimas de homicídios apresentou aumento de 2%, enquanto, o número de mulheres não-negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período (Berro, Gonçalves, Nicodemos, 2022).

Quanto ao ambiente de trabalho, a Agência Patrícia Galvão divulgou uma pesquisa (2022) que revelou que 76% das mulheres já foram vítimas de violência, sendo que quatro em cada dez “foram alvos de xingamentos, insinuações sexuais ou receberam convites torpes dos colegas homens para sair”. Na mesma proporção as trabalhadoras tiveram seu trabalho “supervisionado excessivamente, depreciação das funções que exercem e/ou receberam um salário menor do que seus colegas homens com o mesmo cargo” (Berro, Gonçalves, Nicodemos, 2022).

Ao analisar o panorama das estatísticas descrito acima, imaginamos que os movimentos feministas na luta por conquistas de direitos, segurança e trabalho foi um fracasso, já que a violência contra a mulher ainda insiste nas suas vítimas na atualidade no Brasil. Porém, mobilizaremos alguns recursos psicanalíticos para ajustar a escala de análise desses números avassaladores.

Análise e comentário dos dados

A partir do século XIX, o sistema capitalista realizou profundas mudanças nas relações entre homens e mulheres no que concerne a forma de organização social. Reforçou a figura do homem e suas representações afirmando em seu “eu” para resolver os problemas sociais (Lacan, 1958/1998). Entretanto, a representação máxima desse “fálico” na figura do homem durante o século XX se confrontou com certas dimensões da sua vida que ele tinha horror, ou seja, com a dimensão não-fálica. Esse horror foi porque ele se deparou com as múltiplas maneiras de dizer “não” a opressão por ele promovida e que se impunha durante séculos na história. Essas maneiras foram os movimentos sociais surgidos na segunda metade do século em questão como, por exemplo, o feminismo (Roudinesco, 1994).

É importante destacar que a figura da mulher não representa apenas seu gênero em si, mas uma constelação de gêneros de ordem psíquica. Entretanto, na Grécia clássica o não reconhecimento de pertencimento das mulheres, dos estrangeiros, dos deficientes no seio da pólis, nos remete como hoje a nossa cultura nega as mulheres. O patriarcalismo ainda insiste nessa negação. Ao negar essa camada da população através da violência, esse modo de habitar a cidade, vai se repetindo na história (Cossi, 2020).

Então, esse modo de repetir apontou para o psiquismo humano, assimilando aquilo que é considerado normativamente bom e expulsando aquilo que é normativamente ruim. No caso, as mulheres são avassaladas por não se alinharem com essa normatividade vinda do patriarcalismo. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade não é natural, mas é construída com frequência (Saffioti, 2004, p. 75).

O patriarcalismo é uma construção histórica que se autorreferencia e produz as estruturas que ordenam a sociedade como o mercado, o Estado e a família. Essas formas de organização primordial são capazes de gerar regras e valores numa dada sociedade. Homens são vistos, desde os primórdios, como detentores das funções de poder, o sujeito principal da sociedade, enquanto a mulher é considerada apenas para exercer a função de reproduzir.

A explicação tradicionalista concentra-se na capacidade reprodutiva feminina e vê a maternidade como a maior meta na vida das mulheres, definindo assim, como desviantes mulheres que não se tornam mães. Considera-se a função materna uma necessidade da espécie, uma vez que as sociedades não teriam conseguido chegar à modernidade sem que a maioria das mulheres dedicasse quase toda a vida adulta a ter e criar filhos. Assim, se vê a divisão sexual do trabalho com base em diferenças biológicas como justa e funcional (Lerner, 2019, p.49).

Mas a divisão sexual do trabalho durante os dois últimos séculos enfrentou deslocamentos. A Revolução Francesa e as Guerras Mundiais realojaram as mulheres no mercado de trabalho duplicando suas jornadas e aprofundando precárias condições. Para mudar esse panorama desfavorecido, novas organizações sociais avançaram através da luta dos movimentos feministas no campo político (Roudinesco, 1994). Esses movimentos questionaram as estruturas vigentes e trouxeram conquistas de direitos a populações femininas tomando novas formas e chegando até a atualidade.

As mulheres conquistaram seu espaço. As estatísticas apontam que há mais mulheres do que homens no Brasil. Mostram também que elas vêm conseguindo emprego com mais facilidades e que seus rendimentos crescem a um ritmo mais acelerado que os homens (Probst, 2007, p.1).

Entretanto, as relações patriarcais se acirraram ainda mais na medida em que as tomaram culturalmente e adequaram as mudanças na sua própria organização psíquica, ou seja, a figura do fálico ainda insiste no ordenamento social estruturante e, portanto, retornando ao patriarcado. Dito de outra forma, a repressão social tenta dizer como é uma mulher e ao mesmo tempo

um “elemento psíquico” tenta (des)alinhar do lado da mulher um certo consentimento com esse discurso de poder sobre ela (Cossi, 2020). Há um imbricamento na constituição psíquica da mulher cujo patriarcado se (des) apropriou deste “elemento psíquico”.

Um dos modos de se resguardar contra a castração do ordenamento patriarcal é submeter-nos as suas normas, leis, regras que nos impedem de viverem muitas coisas. Mas quando a mulher toma consciência das próprias pulsões e decide satisfazê-las, então, novos desafios e novos papéis surgem no bojo da cultura “pluralizando signos”. De acordo com Grant (2001, p.1) “a mudança ocorrida com a entrada da mulher no mundo profissional, [...] e a possibilidade de estabelecer novas parcerias amorosas pluralizaram os signos que permitem sua inscrição numa determinada rede social”. Mesmo com dificuldades no desvencilhamento do “elemento psíquico” que representaria o fálico do patriarcalismo, a mulher passou por mudanças no modo como é vista e fazendo-a assumir novos desafios.

Sobre este tema a psicanalista Juliet Mitchell diz que:

A longevidade da opressão das mulheres não é trivial nem historicamente transitória, para se manter de forma tão efetiva, ela percorre a corrente mental e afetiva. Pensar que isso não deveria ser assim não implica que já não seja mais assim (Mitchell, 1979, p. 30).

Isso significa dizer que as relações de gênero, neste caso das mulheres, continuam patriarcais mesmo com tantas mudanças sociais. Embora haja grandes mudanças ao longo dos anos, a supremacia fálica cujo representante psíquico maior é a figura masculina, ainda luta para permanecer em seu lugar destinado por ele, principalmente o familiar, onde se encontra relações pautadas, neste caso que abordamos, na violência doméstica contra a mulher.

Mas Simone de Beauvoir (1967) já nos atentava a construção do segundo sexo dizendo que ele não se constrói como antagonista do primeiro. Partindo do ponto de que a mulher não almeja ser superior ao homem na sociedade porque ainda encontramos tanta violência doméstica no atual sistema social do Brasil? Por que um movimento que iniciou há dois séculos ainda não teve seu objetivo alcançado?

Além de o patriarcado oprimir as mulheres, ele também as subdivide para que as próprias utilizem seus ideais umas contra as outras. Seria muito arriscado, para esse sistema, que todas elas tivessem consciência de suas

satisfações e desejos. Sendo assim, o patriarcado privilegia a reprodução no modo psíquico que reafirma o “eu” para solucionar problemas sociais utilizando a lógica “fálica”, ou seja, o patriarcado. A manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de organização, com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo (Freire, 1987).

No contexto social em que vivemos, onde há reconhecimento de pertencimento dado aos homens e negado às mulheres, é impossível que uma mulher seja “fálica” para ser incluída socialmente. Ela assim o faz por não vislumbrar outras lógicas que dão contorno ao “fálico”. Isso significa dizer que ela pode reproduzir comportamentos de cunho “fálico”, já que foram criadas sob uma estrutura patriarcal em sua instituição familiar. A mulher que reproduz a lógica fálica apenas propaga um discurso que acaba por oprimir a si própria.

A professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e especialista em estudos feministas, do pensamento de Foucault e de gênero, Priscila Vieira (2020) diz:

O machismo é uma ideologia de dominação que pressupõe uma superioridade masculina. Eles têm o poder, são vistos como centro da sociedade, a medida de tudo. A mulher não tem esse poder, muito menos de oprimir o homem. Portanto quando faz algo visto como machista ela está reproduzindo o machismo, mas não o criou de fato. Ela foi construída assim. (Geraldo, 2021)

É no nosso inconsciente que esses comportamentos se reproduzem e se enraízam. A personalidade adulta é moldada pelas experiências infantis, ou seja, o controle de seus atos não passa de uma ilusão. Mulheres foram criadas para disputar com outras mulheres, seja pela atenção dos homens, seja pela busca do estereótipo de beleza tão almejado também pelos homens. “O culto à beleza e à juventude da mulher é estimulado pelo patriarcado atuando como forma de controle social para evitar que sejam cumpridos os ideais feministas de emancipação intelectual, sexual e econômico, conquistados a partir dos anos 1970” (Wolf, 1992, p. 34). Então, a lógica fálica seduz e atrai para a subserviência subordinando as representações psíquicas da mulher.

Nos primórdios da psicanálise, Freud observou que todas as emoções e sentimentos que os pacientes levavam para a sua clínica, não eram experiências do momento atual e sim do passado. Aprendemos na infância

através das instituições que tendem a se tornar padrões de relacionamento durante toda a vida do sujeito, a esse contexto ele denominou “processo de transferência”.

A transferência é um fenômeno universal totalmente ligado ao conceito de autoridade e dependência, o que nos faz entender a reprodução do comportamento patriarcal no sujeito. A transferência, nesse sentido, é usada pelo ser dominador como uma forma de controle. No seio familiar, o líder utiliza a transferência para manipular e dominar esse espaço. Qualquer subversão a esse ordenamento patriarcal produz as mais torpes violências, já que outras lógicas não são permitidas. Segundo Simone de Beauvoir (1967) “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”.

Considerações finais

A imagem da falésia resistindo ao embate incessante das ondas bravias como iniciamos este texto serve como metáfora poderosa para compreendermos a dinâmica do patriarcado em nossa sociedade. Assim como a falésia, o patriarcado se ergueu como uma estrutura sólida e aparentemente inabalável ao longo dos tempos, moldando a organização social e impondo uma supremacia masculinista sobre as mulheres. No entanto, como as ondas que lentamente escavam os contornos da rocha, a resistência desse sistema começa a encontrar fissuras e valas. À medida que a sociedade evoluiu, vozes outrora silenciadas se erguem como marés, questionando as bases enraizadas do patriarcado.

É crucial escutar o som das ondas erodindo a costa rochosa, pois assim como a falésia não pode deter para sempre o avanço das marés, o patriarcado também não pode se sustentar indefinidamente contra a força da mudança. À medida que as vozes periféricas ganham força e são escutadas, as estruturas do patriarcado começam a ruir, cedendo lugar a uma nova paisagem social.

Essa mudança não é apenas uma questão de reconfiguração das relações de gênero, mas também uma revisão profunda dos papéis tradicionais atribuídos a homens, mulheres e a pessoas desistentes. Na cultura judaica, por exemplo, as mulheres sempre desempenharam funções vitais, muitas vezes nas sombras da história, mas deixando um legado significativo. A reavaliação desses papéis tradicionais abre espaço para uma nova compreensão da identidade judaica e, por extensão, para uma reflexão mais ampla sobre as identidades de gênero no mundo contemporâneo.

Neste contexto, é imprescindível a abordagem psicológica e psicanalítica para entendermos as raízes e as implicações da violência contra a mulher na sociedade contemporânea. O patriarcado, enquanto estrutura psíquica social atua de forma sutil e muitas vezes invisível, reproduzindo padrões de comportamento que perpetuam a desigualdade de gênero. Identificar e desafiar esses padrões são essenciais para promover uma transformação consistente e duradoura.

À medida que nos empenhamos nesse processo de autodescoberta e redefinição de papéis de gênero, é fundamental reconhecer e integrar as dualidades internas que compõem nossa psique. A conscientização das dimensões femininas e masculinas dentro de cada um de nós nos permite transcender as limitações impostas pelo patriarcado e nos aproximarmos de uma compreensão mais ampla e inclusiva do que significa ser humano no mundo contemporâneo. É o feminino desmarcado da biologia que fornece a força e a sutileza para não só aplacar o mar revolto, mas também criar espaços na suposta falésia do patriarcado através de uma escuta periférica.

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, Vol.2: A Experiência Vivida, Difusão Europeia do Livro; 1967.

BERRO, Eloisa Castro; GONÇALVES, Aparecida; NICODEMOS, Manuela. *Mulheres em situação de violência*: números, avanços e desafios. 2022. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2022/03/07/mulheres-em-situacao-de-violencia-numeros-avancos-e-desafios/>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

BOFF, Leonardo. *Somos feias, mas estamos aqui para gritar*: “nou lèd, nou la”. Artigo publicado no site O Tempo em 28 de Agosto de 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniao/leonardo-boff/somos-feias-mas-estamos-aqui-paragritar-nou-led-nou-la-1.109820> Acesso em: 05 de mar. de 2024.

CAMPBELL, Joseph. “*As Máscaras de Deus*”; 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Lisboa: Editora Diefel; 1988.

COSSI, Rafael Kalaf. *Lacan e o feminismo francês: a história de uma (não) relação*. Psicologia USP, 31, e180043. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180043> Acesso em: 05 de mar. de 2024.

DIEL, Paul. *O Simbolismo na Mitologia Grega*. São Paulo: Editora Attar; 2015.

DOMEZI, Maria Cecília. *300 anos de Aparecida: abordagem histórica. O contexto da aparição e a devoção popular* Revista de Cultura Teológica. Ano XXV, no. 90, jul./dez., 2017.

DUSSEL, Enrique. *A Filosofia da Libertação frente aos estudos pós-coloniais, subalternos e a pós-modernidade*. Revista Direito e Práxis, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 3232–3254, 2017.

EDINGER, Edward F. *O Arquétipo Cristão – Um comentário junguiano sobre a vida de Cristo*. Editora. São Paulo: Cultrix; 1998.

FERRAZ, Flavio Carvalho. “*O primado masculino em xeque*”. In: Alonso, S. L.; Breyton, D. M. e Albuquerque, H.M.F.M. (Orgs.). *Interlocuções sobre o feminino na clínica, na teoria, na cultura*. São Paulo: Escuta/Instituto Sedes Sapientiae; 2008. pp. 67-68.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: 21a ed. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra; 1987.

GERALDO, Nathalia. *Existe Mulher Machista? Especialistas em gênero afirmam que não*. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/06/20/existe-mulher-machista-especialistas-explicam-uso-do-termo.htm>. Acesso em: 21 de fev. de 2023.

GOETHE, J. W. VON. (1808). *Fausto: Uma tragédia* (Faust: Eine Tragödie).

GOMES, Francisco José Silva. *A Igreja e o Poder: representações e discursos*. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (orgs). *A vida na idade média*. Brasília, UNB, 1997.

GRANT, Walkiria Helena. *A maternidade, o trabalho e a mulher*. LEPSI IP/FE-USP, 2001. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032001000300008&lng=en&nrm=abn . Acesso em: 5 de mar. de 2024.

GROSFUGUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado – V.1, Número 1, jan/abr, 2016.

GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pág. 33.

JUNG, Carl G. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1977.

JUNG, Emma. *Animus e Anima*. 12ª edição, São Paulo: Cultrix. 1999.

LACAN, J. *A significação do falo*. In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

MARQUES, Pâmela Marconatto. *Narrando revoluções com os pés no Haiti: A Revolução haitiana por Michel-Rolph Trouillot e outros intelectuais caribenhos*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 11, nº 3, 2017.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja*. Vol. I. São Paulo: Loyola, 1997.

MCLEAN, Adam. *A Deusa Tríplice: Em Busca do Feminino Arquetípic*. São Paulo: Cultrix; 2ª ed.; 1992.

MITCHELL, Juliet. *Psicanálise e feminismo*. (Trad. Ricardo Britto Rocha) Belo Horizonte: Interlivros; 1979.

MONTECINO, Sonia. *Símbolo mariano e constituição de la identidade feminina em Chile*. Revista Estudos Públicos, n. 39, 1990.

MURARO, Rose. Marie; BOFF, Leonardo. *Feminino e Masculino: Uma nova consciência para o Encontro das diferenças*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Sextante; 2002.

PROBST, Elisiana Renata. *Evolução da Mulher no mercado de trabalho*. 2007 Dissertações (Pós-graduação em Gestão Estratégica de Recursos humanos) – Instituto Catarinense de Pós-graduação, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2024.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ; 2008.

RODNEY, Walter. *Como a Europa sub desenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova; 1975.

ROUDINESCO, E. *História da psicanálise na França*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar; 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres*. In: VENTURI, G.; Recamán, M.; Oliveira, S. de. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 42-57.

SILVA, Benedicto (Org.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 1987.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Editora Americana; 1975.

Submetido em: 1/7/2024

Aceito em: 4/10/2024